

# O PAPEL DO EDITOR NA DIVULGAÇÃO CIENTÍFICA: ASPECTOS VULNERÁVEIS

## THE ROLE EDITORS PLAY IN DISSEMINATING SCIENCE: VULNERABLE ASPECTS

Recebido em 10 abr. 2016; aceito em 20 mai. 2016

IVAN FORTUNATO

Pós-doutorado em Ciências Humanas e Sociais pela Universidade Federal do ABC. Doutor em Geografia pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Rio Claro. Líder do Núcleo de Estudos Transdisciplinares em Ensino, Ciência, Cultura e Ambiente (NuTECCA) e do Grupo de Pesquisas Formação de Professores para o Ensino básico, técnico, tecnológico e superior (FoPeTec). Editor da revista Hipótese e coeditor da Revista Internacional de Formação de Professores e da Revista Brasileira de Iniciação Científica. Professor do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo (IFSP), câmpus de Itapetininga. E-mail: [i.fortunato@ifsp.edu.br](mailto:i.fortunato@ifsp.edu.br)

**RESUMO.** O propósito deste ensaio é o de compartilhar algumas das principais dificuldades enfrentadas por um editor de periódico científico, muitas vezes desconhecidas pela comunidade científica. O objetivo é o de sensibilizar os autores de artigos científicos sobre uma prática tão importante para a própria ciência, mas também para as instituições, para os programas de pós-graduação, incluindo docentes e discentes, e para que o avanço da ciência, de alguma forma, tenha reflexo na sociedade que a mantém. **Palavras-chave:** Ciência, periódico científico, artigo científico.

**ABSTRACT.** The purpose of this essay is to share some of the main difficulties faced by a scientific journal editor, which are often unknown by the scientific community. The aim is to sensitize the authors of scientific articles about an important practice to science itself but also to the institutions, to graduate programs, including teachers and students, and for the advancement of science to reach, at some level, the very society that supports it. **Keywords:** Science, scientific journal, scientific paper.

### 1 A REFLEXÃO

A ideia de escrever este ensaio emergiu ao entrelaçar i) a necessária comunicação sobre como se dá uma das formas mais habituais de condução dos processos editoriais de uma revista científica e, ii) a urgente sensibilização de alguns membros da comunidade científica a respeito dos desafios (e das dificuldades) inerentes ao trabalho como editor de periódicos, aqui nomeadas como “vulnerabilidades”.

Com isso, o propósito deste ensaio é o de compartilhar algumas das principais dificuldades enfrentadas enquanto editor de periódicos científicos, pois estas, muitas vezes, são ocultadas (e até mesmo negadas) à sua própria comunidade. O que se espera lograr com este escrito é que autores de artigos científicos tomem ciência [trocadilho intencional] dessa prática tão importante para a própria ciência, mas também para as instituições, para os programas de pós-graduação, incluindo docentes e discentes, e para que o avanço da ciência, de alguma forma, tenha reflexo na sociedade que a mantém.

Espera-se, fundamentalmente, que as informações aqui expostas sensibilizem os envolvidos diretamente – autores, pareceristas e editores – para que as boas práticas de divulgação sejam tomadas como princípio ético e como conduta *sine qua non* para as publicações de periódicos. Isso, certamente, tornará mais ágil e mais sólido o processo editorial, sendo que todos se beneficiam com isso.

Como alguém se torna um editor de determinada revista não é escopo aqui. Da mesma forma, não são feitas reflexões sobre o que é ciência, nem como as pesquisas se tornam válidas – estas, especificamente, foram feitas em outro momento (FORTUNATO, 2016). Mais alguns pontos que não são foco deste ensaio são as métricas de fator de impacto, os índices de citações, o sistema webqualis etc. Interessa, aqui, explicitar como é feito (ou como poderia ser feito) o trabalho de um editor de periódico que segue um dos ritos editoriais mais

comuns, que é a avaliação por pares.

Tudo começa com a composição dos conselhos editorial<sup>1</sup> e consultivo<sup>2</sup>. Depois, vem a divulgação das futuras edições. Nesse momento, o editor aguarda que os pesquisadores façam o envio, voluntário e consciente, de sua ciência cristalizada na forma de artigos.

Quando os artigos chegam, o editor assume, metaforicamente, uma função de “filtro” dos artigos que o periódico recebeu para possível publicação – esta é a fase I. Cada um dos textos é lido com o propósito de se averiguar se os aspectos definidos pelo conselho editorial foram seguidos pelo(s) autor(es): formato, escopo etc., bem como se o artigo apresentado configura-se como o resultado uma pesquisa científica: presença de método, de análise, de fundamentação etc. Diante todas essas indispensáveis “filtragens”, é de se esperar que esta fase seja consideravelmente demorada.

Não obstante, aqui se escondem duas vulnerabilidades, que tendem a tornar a primeira fase ainda mais longa: i) a dupla submissão e ii) o conhecido plágio e/ou o não tão compreendido autoplágio. Ambas, irresponsável e dolosamente, têm sido recorrentes. Torna-se notório que as boas práticas, tais como as divulgadas pela FAPESP (2014) por meio de um manual curto, claro e consubstanciado, são desrespeitadas e negligenciadas – por uma mínima parcela de nossa comunidade, mas suficiente para que muitos editores adotem normas rígidas de submissão aos periódicos, como atestados assinados de autoria (e coautoria quando necessário), além de demorados procedimentos virtuais para verificação de originalidade dos manuscritos.

Por mais óbvio e ululante que isso possa ser, essas recorrências demandam esclarecimento: dupla (tripla, quádrupla...) submissão ocorre quando um artigo é submetido, simultaneamente, para mais de um veículo de comunicação científica, incluindo a possibilidade de publicar o trabalho como capítulo de livro. O que se espera de um cientista que coadune com as boas práticas é que este, ao submeter seu trabalho a um periódico, aguarde seu “tempo editorial”, antes de planejar o envio a outro, ou a publicá-lo como capítulo de livro, por exemplo. Claro que o “tempo editorial” é muito variável, pois está sempre sujeito a diversas contingências, sendo as mais relevantes: a quantidade de submissões que o editor deve “filtrar”; as horas investidas na checagem de autenticidade; e a existência, disponibilidade e agilidade dos avaliadores.

No entanto, mesmo que o “tempo editorial” seja relativizado pelas suas próprias contingências, é responsabilidade nata de um editor comprometer-se com o processo editorial, respeitando o trabalho dos autores que escolheram seu periódico como veículo de divulgação. Isso implica afirmar que nenhum cientista merece esperar meses e meses sem qualquer contato a respeito de seu artigo enviado para avaliação, incorrendo o risco de ter sua pesquisa paralisada por essa demora. Assim, nenhum editor pode se recusar a responder aos contatos dos autores, muito menos permitir que a tramitação de um artigo demore mais tempo do que o necessário para sua avaliação – e este tempo somente pode ser balizado pelos critérios próprios de cada grande área, mas, principalmente, pelo bom senso.

Ainda, é salutar diferenciar o autoplágio de uma prática nomeada como “reciclagem” ou “reuso” de texto. Como não se pretende adentrar as discussões dessa seara, polêmicas até (BRETAG; MAHMUD, 2009), o que se expressa aqui é uma opinião particular. Assim, o primeiro diz respeito à reprodução de trechos de publicações anteriores do(s) mesmo(s) autor(es), ou de trechos veiculados em meios que não são, em absoluto, qualificados como publicações científicas (monografias, notas de aula, anais de congressos etc.) mas que estão disponíveis e acessíveis na forma impressa e/ou digital (internet, mídia portátil etc.). Por outro lado, a reciclagem, apesar de tomada como sinônimo de autoplágio por diversos pesquisadores, tais como Harriman e Patel (2014), é o desenvolvimento mais aprofundado de alguma ideia que já foi apresentada, mas retrabalhada, modificada, ampliada ou encurtada, enfim, trata-se de uma nova perspectiva do que já foi feito pelo(s) pesquisador(es), mas que não foi publicada em um periódico ou livro. Mesmo no segundo caso, faz-se necessário comunicar ao editor do periódico para o qual se submete o artigo a respeito das possíveis semelhanças entre o apresentado para publicação e o que já está disponível em algum suporte.

Enfim, superada a fase de “filtragem”, o trabalho do editor passa a ser o de cotejar o tema central dos

<sup>1</sup> Responsável por definir as grandes áreas de publicação, a periodicidade, as normas e as chamadas de artigos.

<sup>2</sup> Formado por pesquisadores que atuam nas grandes áreas do periódico, responsáveis por avaliar o mérito científico dos artigos submetidos.

artigos consentidos para seguir o percurso até a publicação, com a formação e a experiência dos pesquisadores cadastrados no conselho consultivo, os pares – esta é a fase 2. Geralmente, o critério aprovado pela maioria dos conselhos editoriais é o da dupla avaliação por pares. Alguns periódicos adotam o sistema *blind-review*, no qual os nomes dos avaliadores são ocultados, enquanto outros operam sob o sistema *double-blind-review*, no qual a identificação dos autores e dos avaliadores são ocultadas. Ambos são válidos e sua escolha depende da grande área do periódico e do que é mais habitual nesta, além da decisão do conselho editorial.

Com isso, o editor precisa da colaboração, quase sempre voluntária, de dois pesquisadores para cada artigo submetido. Localizá-los não é suficiente, pois é preciso verificar sua disponibilidade para avaliar naquele momento, em tempo considerado suficiente para que o periódico tenha quantidade suficiente de artigos aprovados para publicação, salvaguardando, assim, sua periodicidade. Ocorre, com certa frequência, que o tema de determinado artigo submetido não faz parte da *expertise* de nenhum membro do conselho consultivo atual, o que requer do editor a busca, a identificação e o convite a novos pesquisadores para tomarem parte do conselho.

O artigo segue o fluxo editorial quando dois pesquisadores aceitam a tarefa de ler, avaliar e emitir seu parecer sobre a pesquisa – esta é a fase 3. Nesta etapa, o editor está diante de outra vulnerabilidade: a possibilidade do parecer não retornar no prazo. Inúmeros fatores podem incidir nesse resultado, mas, quando ocorre, exige que o editor retorne à fase anterior.

Depois que os pares enviam seus pareceres ao editor, é chegado o momento de tomar uma decisão editorial sobre cada artigo – esta é a fase 4. Contudo, antes de deliberar, o editor deve aferir o conteúdo dos dois pareceres com o manuscrito. Isso porque o avaliador X pode ter concordado com o que leu no artigo, ratificando sua importância científica, ao mesmo tempo em que o avaliador Y pode ter reprovado o texto, por mérito, com argumentos fundamentados, “empatando” a qualidade do artigo. Se depois de ponderar sobre os dois pareceres, o editor não conseguir tomar uma decisão objetiva, um terceiro pesquisador é convidado a emitir sua opinião sobre esse mesmo artigo. Daí, nesse caso, somente depois de retornado o parecer do avaliador Z, o editor pode tomar uma decisão sobre a publicação, ou não, do artigo em questão.

Desse modo, depois de toda essa tramitação, chega-se ao que pode ser o estágio final de um artigo – esta é a fase 5a. Quando dois avaliadores atestam que o artigo lido não tem fundamentação suficiente para ser publicado, este é “rejeitado”, e o editor comunica seu(s) autor(es), podendo incluir as opiniões dos especialistas consultores. Por outro lado, quando dois avaliadores emitem parecer favorável, o artigo entra na “fila” para publicação, podendo esta ser imediata ou oportuna, pois depende do tamanho da fila, de um volume temático etc. Nesse caso, o editor também comunica o(s) autor(es).

O trabalho do editor ainda não terminou, pois existem casos em que a decisão passa a ser “talvez” – esta é a fase 5b. Isso acontece quando o teor dos pareceres indica que há possibilidade de publicação, mas há ajustes necessários para que a comunicação possa ser divulgada como ciência de qualidade. O editor, então, faz a comunicação, incluindo o que precisa ser feito para possível publicação, e informa o prazo máximo. Se o artigo é corrigido, o editor retorna à fase 3. Se as correções foram muitas, ou se a deliberação a partir da diferença entre os pareceres e a versão corrigida torna-se impraticável pelo editor, faz-se necessário retornar à fase 2.

Entre as fases 3 e 5, a vulnerabilidade do processo editorial está na possibilidade de retirada da submissão do artigo pelo autor e/ou da dupla submissão. Já foi vivenciada a situação de enviar uma carta de aceite do artigo, com sugestões dos avaliadores para melhora da pesquisa, e o autor apenas informar que todo o trabalho despendido pelo editor e pelos pares foi coadjuvante na publicação alvares. Assim como a surpresa de emitir um comunicado de ajustes necessários por mais de uma vez ao mesmo autor, sempre retornando à fase 3, até que, finalmente na fase 5b, o responsável pelo artigo solicitou mudança de título, pois seu artigo, como estava, já havia sido publicado em outro periódico...

Quando, finalmente, todo o processo foi concluído e existe um número adequado de artigos aprovados, o editor escreve o editorial, revê a formatação dos manuscritos e prepara o volume para ser publicado. O periódico se torna disponível para a comunidade científica, que pode fazer uso do conteúdo publicado para fundamentar novas pesquisas, fomentar as discussões porque há pontos de vistas divergentes e assim por diante. Há, ainda, a possibilidade de que a pesquisa publicada seja aplicada por profissionais

formados naquela ciência, demonstrando que o conhecimento científico também precisa refletir na sociedade que mantém a sua prática.

Assim, a publicação de um número de um periódico é resultado de longo e trabalhoso processo, assumido de forma altruísta por membros da comunidade científica (editores e avaliadores), que compreendem a importância que há na divulgação do conhecimento produzido nos laboratórios e grupos de pesquisa, pois a ciência só avança quando sustentada pela própria ciência. Isso quer dizer que toda publicação é meritória, mesmo que seja para ser criticada, refutada, demonstrada equivocada... Afinal, sem as incoerências, polêmicas e métodos inovadores, tudo continuaria no mesmo estágio. E a ciência não se presta a manter o que está posto, mas a transformar, seja a tecnologia, a saúde, a educação, a sociedade...

Ao final, fica a esperança de que os pesquisadores que desejam publicar sua ciência atuem de acordo com as boas práticas. Como editor, reconheço o quanto é custoso e gratificante fazer um periódico se tornar um veículo de comunicação científica, e que todos possam ter acesso ao conhecimento produzido e/ou aperfeiçoado pelos pesquisadores em suas áreas de atuação. Tendo tornado público as vulnerabilidades desse transcurso voluntário, em benefício da nossa própria profissão, somente posso almejar que o tempo de resposta aos autores seja cada vez mais abreviado, que os pareceres sejam cada vez mais qualificados, e que os periódicos atinjam seu objetivo principal: compartilhar conhecimento.

## 2 REFERÊNCIAS

BRETAG, T.; MAHMUD, S. Self-Plagiarism or Appropriate Textual Re-use? *J. Acad. Ethics*, Brandon, v. 7, n. 3, p. 193-205, 2009. DOI 10.1007/s10805-009-9092-1.

FAPESP (Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo). *Código de boas práticas científicas*. 2014. Disponível em <<http://goo.gl/HweMyb>>; acesso em: 27 dez. 2015.

FORTUNATO, I. *Cientificamente comprovado (?)*: reflexões sobre conhecimento científico, 2016. [no prelo].

HARRIMAN, S.; PATEL, J. Text recycling: acceptable or misconduct?. *BMC Medicine*, London, v. 12, n. 148, p. 1-2, aug. 2014. DOI: 10.1186/s12916-014-0148-8.